

217ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de 2012, na sala de reuniões do CAP em Paranaguá – PR, às 09h30min, sob a presidência do Sr. **Antonio Alfredo Matthiesen**, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Paranaguá, com a presença dos Conselheiros: Carlos Roberto Frisoli, José Baka Filho, Ivany Marés da Costa, Lourenço Fregonese, Luiz Teixeira da Silva Junior, Daniel Francisco Dias Filho, Angel Millán Lázaro, Persio Souza de Assis, Marco Aurelio Chapaval, Edson Cesar Aguiar, Orlei de Souza Miranda, Maria do Socorro de Oliveira, João Gilberto Cominese Freire, Blásio José Munchen, Claudio Fernando Dauth, Juarez Moraes e Silva, Alexandre Cruzes, Luiz Antonio Fayet e Zulfiro Antonio Bósio; **Convidados:** Luiz Henrique Tessuti Dividino – Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, Srs. Mario Stam e João Arthur Mohr - Representantes da FIEP, Rudnei de Lorenzi Cancellier – ANTAQ Paranaguá, Sidney Pinto – Cotriguaçu, Nilson Camargo – FAEP, Argyris Ikonomou – Presidente do SINDAPAR, Adriano Gustavo Vidal – Presidente da Paranaguá Pilots (Praticagem), Adv. Leandro Alberto Bernardi – Membro da Comissão de Direito Marítimo Portuário e Aduaneiro da OAB/PR, Laércio Cruz Uliana Jr. - Chefe de Gabinete do Desembargador José Sebastião e Vereador Junior Leite; **Justificativas de Ausências:** Conselheiros Joaquim Medeiros, Ismael Pires, Ademir Bazzotti e Wilson Moraes da Silva. **1. ABERTURA DOS TRABALHOS** – O Presidente deu início à reunião agradecendo a todos pela presença. **2 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA À 216ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP que foi aprovada por unanimidade do Conselho;** **3 – ORDEM DO DIA - 3-1 - ANÁLISE E APROVAÇÃO DO RELATORIO N.º 001/2012 DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA QUE TRATA DO ORDENAMENTO DO FLUXO VIÁRIO DE VEÍCULOS NAS VIAS DE ACESSO AO PORTO DE PARANAGUÁ – SETOR LESTE DA APPA** – Representante Titular do Município de Paranaguá – **Cons. José Baka Filho** que efetuou a leitura do Relatório no seguinte teor: A Comissão e convidados reuniram-se para tratar dos assuntos em epígrafe, e **CONSIDERANDO** as competências legais do CAP e as demais estabelecidas pela Lei Federal n.º 8.630/93; **CONSIDERANDO** a necessidade de ordenamento do fluxo viário de veículos do Porto - Setor Leste, conforme amplamente discutido em diversas Reuniões Ordinárias do CAP/PGUA; **CONSIDERANDO** as manifestações e sugestões sobre o assunto, apresentadas e discutidas pelos participantes da reunião que foram analisadas e consolidadas pela Comissão; Informou que a Prefeitura Municipal através dos Decretos 2.457 e 2.529/2012 já atendeu grande parte das solicitações e comunicou que consta no Ministério dos Transportes, uma solicitação para a implantação de uma nova variante da Rodovia BR 277, a partir do SAU, seguindo pela Estrada velha de Alexandra e criando uma nova alternativa de acesso ao Porto, desafogando o fluxo intenso da área urbana. O Prefeito José Baka Filho, comunicou aos presentes que as especificações da sinalização de trânsito (semi-pórtico) já estão feitas e que serão enviadas, constando inclusive os valores de um Registro de Preços feito pelo Município, a título de contribuição, para que sirvam de referência quando da contratação dos serviços. O Sr. Juarez Moraes e Silva (TCP) assumiu o compromisso de articular com os demais terminais portuários e interessados, o custeio, contratação e implantação do material (equipamento) necessário. O Prefeito comunicou ainda as parcerias com algumas empresas, para a recuperação de importantes vias da cidade e que a Multitrans e a Prefeitura estão recuperando a Av. Samuel Pires de Mello e o mesmo está sendo feito com a empresa Península, que já aceitou executar em parceria os serviços de recuperação e conservação do trecho da Av. Cel José Lobo, onde está situada a empresa. A representante do Município também convidada para a reunião, pediu que o Porto amplie a área de varrição das Avs. Bento Rocha e Ayrton Senna, concluindo que este pode ser o caminho para a formalização de um TAC. O Relator José Baka Filho, concluiu, solicitando o

cumprimento dos itens 6 e 7, da proposta apresentada pela APPA, por considerá-las importantes para a consolidação desta iniciativa e cumprimentou a todos pela possibilidade de poder contar com a contribuição de todos os setores para que, não só os problemas do Porto, como também os da área urbana da cidade impactada por essas atividades, sejam solucionados com brevidade. **Cons. Alessandro Cruzes** manifestou-se dizendo que existem ainda alguns detalhes que considera importantes para o processo de organização dos acessos aos terminais e que merecem ser apresentados à Comissão porque irão favorecer ainda mais na melhoria do processo. **Cons. Daudt** lembrou que agora como já foi tratada a questão da ordenação do fluxo viário no setor leste poderia na seqüência ser tratada a mesma questão no setor oeste. **Cons. Juarez** cumprimentando a todos que se envolveram no processo, disse ser uma demanda de anos e que foi solucionada a medida em que a comunidade assumiu o seu papel e buscou uma solução que tinha que ser coletiva. Foi um processo de aglutinação iniciado pela APPA, que construiu uma proposta e que a Prefeitura de uma maneira muito célere atendeu aos pleitos. É o primeiro passo, mas muito relevante e mostra que quando se conversa tecnicamente e de uma maneira desprendida e coletiva, encontra-se o caminho. São medidas simples, mas que de forma inteligente irá regular os fluxos viários no setor leste, sem investimentos maiores em termos de obras, mas que certamente virão porque serão necessárias, e que Paranaguá irá ganhar muito com essas medidas. O setor empresarial que assumiu essa tarefa vai se reunir, desenhar e definir esse processo que agora tem que ser implantado, cujo modelo de acordo com o exigido pela legislação já se tem. Também destacou o projeto educacional dos motoristas e dos usuários, apresentado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente que também estará contemplado, uma campanha que fará com que as informações cheguem de maneira adequada para todos os envolvidos no sistema. O **Presidente** submeteu o Relatório ao plenário, **que foi aprovado por unanimidade.**

4 - INFORMAÇÕES GERAIS - 4.1- RELATÓRIO GERENCIAL DA APPA - Representante Suplente da Administração do Porto - **Cons. Luiz Teixeira da Silva Junior** que apresentou o Relatório de maneira sucinta, o comportamento operacional da APPA no mês de abril e conseqüentemente do primeiro quadrimestre do ano de 2012. **4.2 - INFORMAÇÕES ACERCA DO ESTÁGIO ATUAL DOS LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS DO PORTO DE PARANAGUÁ -** Representante do Governo do Estado do Paraná - **Cons. Lourenço Fregonese** informando que nos últimos meses os representantes da APPA tem estado semanalmente em Brasília para tratar dos assuntos pendentes e a Licença de Operação só não foi emitida em função do IBAMA ter solicitado um Plano Emergencial Individual da APPA atualizado, mas como todos os terminais receberam para manutenção uma LO com o PEI condicionante, a APPA solicitou o mesmo critério e pelas informações que recebeu essa Licença deverá ser entregue definitivamente no prazo de sessenta dias. **4.3 - APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL SOBRE O PDZPO -** Representante Titular da Administração do Porto - **Cons. Lourenço Fregonese** que fez a entrega ao Conselho da Edição do PDZPO 2012, passando a palavra para o Engº. Juliano Elias, responsável pelos serviços contratados pela APPA com a Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina-FEESC, que fez apresentação de uma síntese do Relatório final elaborado pelo Labtrans, em conjunto com todos os setores da APPA. Disse que no trabalho foi adotada uma metodologia em consonância com a SEP e com o Plano Diretor da cidade, cujo produto final está dividido em cinco volumes, dois que contemplam o diagnóstico e o prognóstico, um relatório ambiental, um sumário executivo do produto final e as plantas sobre as propostas de zoneamento, que será apresentado ao CAP após as considerações da Comissão Permanente. **Cons. Bósio** cumprimentando a todos pelo trabalho realizado, se manifestou solicitando que no PDZPO não fosse esquecido o projeto do cereal duto que está em andamento e merece ser incluído no Plano. **Cons. Baka** parabenizou a execução da primeira fase do PDZPO, até porque está totalmente integrado ao Plano Diretor da cidade. Destacou a necessidade urgente da delimitação da área destinada a localização do Terminal de Passageiros pela APPA, que necessita ter a aprovação do CAP e porque disso depende a licitação para o Terminal de Passageiros, cujos recursos já foram liberados pelo Governo Federal. É do seu conhecimento que a APPA irá efetuar um estudo de

viabilidade econômica do Terminal, mas o projeto independe desse estudo, embora uma coisa complemente a outra. Informou que Paranaguá recebeu neste ano dois recursos, um para a construção do Terminal de Passageiros Marítimo e outro para o Terminal de Integração Rodoviário, cujos projetos estão aguardando a delimitação dessa área pela APPA para elaboração da Concorrência. Sr. **Luiz Henrique** Superintendente da APPA disse que o maior diferencial entre o PDZPO de 2012 e o anterior é justamente o Terminal de Passageiros. Quanto à área delimitada, disse acreditar ser a mesma já definida no Plano, no entanto irá colocar à disposição da Comissão técnicos suficientes para as correções que se fizerem necessárias, que com uma agenda bastante intensa irá dar celeridade a questão e que depois de validada pela Comissão, será trazida ao CAP. **Cons. Maria do Socorro** esclareceu que as reuniões serão abertas a todos, para que mais tarde ninguém venha alegar algo que não sabia. Destacou que os votos serão dos Blocos e se houver algum momento discordância entre os Conselheiros dentro do próprio Bloco, deverão encontrar uma solução de modo que o voto represente o pensamento único do Bloco, mesmo que isso demore um pouco mais. Lembrou que ela, como relatora, não representará o voto do Bloco dos Trabalhadores e sim a neutralidade. Informou que estará efetuando convite formal às autoridades municipais, estaduais e federais para que venham debater a questão, evitando assim complicações jurídicas no futuro. **Cons. Frísoli** conclamou o empenho de todos para que se conclua esse trabalho no mais curto espaço de tempo possível, porque dele depende a relação que a APPA está reconstruindo com o Governo Federal. Deve ser estabelecido desde já um cronograma e prazo, não se deve perder tempo com discussões individuais. O trabalho foi efetuado baseado no Plano Diretor de Paranaguá, e lembrou que não é competência da APPA nem do CAP legislar em solo de município, lembrando que Antonina e Pontal do Paraná não apresentaram o seu Plano Diretor, e não é justo que se atrase o trabalho em função de discussões individuais que poderão ter como consequência a perda de investimentos que virão com a apresentação desse trabalho. **Cons. Juarez** sugeriu estabelecer um prazo de sessenta dias para conclusão do trabalho e mais trinta dias para o plenário, podendo ser prorrogado ou antecipado, dependendo do andamento do mesmo. Sr. **Mario Stam** – representante da FIEP, parabenizando a todos pelos esforços envidados para conclusão do PDZPO, ressaltou a importância da objetividade e celeridade do mesmo na visão do setor industrial do Paraná, porque é um processo que define uma linha de ação e a expansão da base portuária Paranaense, que acontecerá e que carecerá ser compatibilizado com os Planos Diretores Municipais, que são projetos de macro zoneamento que indicam os caminhos a serem seguidos e que precisam ser articulados com os agentes de governo. As ações pontuais como a questão da manobrabilidade dos navios também são importantes e precisam ser materializados e nesse processo de discussão, o setor de indústria do Paraná apóia e pretende efetivamente contribuir com as linhas de diretrizes para que se tenha efetivamente a expansão das áreas portuárias e outros projetos antigos que também virão à tona e serão rediscutidos. Encerrou dizendo que a FIEP espera que essas discussões sejam profícuas e tragam efetivamente resultados. **Cons. Frísoli** com relação a manobrabilidade dos navios, disse que é intenção da APPA estabelecer um Convenio com o Centro de Simulação Aquaviário do Rio de Janeiro, para que todo e qualquer projeto que envolva a questão marítima do Porto de Paranaguá, antes de ser executado, seja simulado. Aproveitou a oportunidade para comunicar que a APPA decidiu que qualquer processo que trata da falta de mercadoria ou divergência de pesos, será efetuado sindicância e encaminhado a Polícia Federal. O **Presidente** agradecendo a apresentação comunicou que o material recebido será encaminhado a Comissão Permanente do PDZPO e de Arrendamentos para análise e somente após virá ao plenário para debates. Disse que evidentemente o voto deverá ser do Bloco e comunicou que conforme estabelecido pelo plenário, a primeira reunião da Comissão para análise do relatório apresentado, onde deverá ser estabelecido calendário, cronograma e prazo, será na data de 01 de junho às 09:00 horas, lembrando que todos os Conselheiros receberão cópia do CD contendo o Relatório do PDZPO. 5 - **EXPEDIENTE:** 5.1 Relatório de Atividades do OGMO; 5.2 Correspondências Expedidas e Recebidas; 6 - **ASSUNTOS GERAIS** – **Cons. Fayet** solicitou que a APPA estudasse um modo de

manter o elevado rigor com relação a qualificação e as exigências técnicas dos certificadores de mercadorias, evitando comprometimento dos esforços empreendidos pela APPA e até do Conselho. **Cons. Baka** comunicou que o DNIT deverá emitir nos próximos dias Ordem de Serviço referente à manutenção da Av. Ayrton Senna e que a conclusão do viaduto da Rua Professor Cleto também está sendo licitada. Solicitando a APPA observar que alguns Operadores Portuários credenciados não estão em dia com os tributos municipais, solicitou que a mesma encaminhasse pedido de anuência das obras que vai executar ao município, conforme determina a Lei 8.630/93; **Cons. Daudt** lembrando que mais uma vez se passaram alguns meses e as obras da Av. Bento Rocha ainda não foram executadas, conclamou a todos ficarem atentos em busca de alternativas para que Paranaguá não venha a perder cargas em função do fim da guerra fiscal que será implantado a partir de janeiro próximo. **Cons. Frisoli** fez esclarecimentos sob as obras da Av. Bento Rocha, dizendo que a manutenção foi licitada, mas em função da necessidade da autorização dos órgãos governamentais, a questão está emperrada na burocracia, mas que espera seja resolvida com uma certa brevidade. O **Presidente** nada mais havendo a tratar, agradeceu a todos pela presença e encerrou a 217ª. Reunião Ordinária, tendo sido lavrada a presente Ata que vai assinada por todos os Conselheiros, tão logo aprovada.

Conselheiros:

Antonio Alfredo Matthiesen 

Carlos Roberto Frisoli 

José Baka Filho

Ivany Marés da Costa

Lourenço Fregonese

Luiz Teixeira da Silva Jr

Daniel Francisco Dias Filhos

Angel Millán Lázaro

Persio Souza de Assis 

Marco Aurélio Chapaval 

Edson Cesar Aguiar

Orlei de Souza Miranda 

Maria do P. Socorro de Oliveira

João Gilberto Cominense Freire

Blásio José Munchen

Claudio Daudt 

Juarez Moraes e Silva

Alexandro Cruzes 

Luiz Antonio de Camargo Fayet 

Zulfiro Antonio Bósio